

# *Superior Tribunal de Justiça*

## **AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.538.843 - DF (2019/0199261-0)**

**RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**  
**AGRAVANTE : DANIEL CALIL**  
**ADVOGADOS : GUSTAVO CAMPOS ALVARES DA SILVA - DF018731**  
**CARLOS EDUARDO DE CAMPOS ÁLVARES DA SILVA -**  
**DF021627**  
**AGRAVANTE : RÁDIO E TELEVISÃO CV LTDA**  
**ADVOGADO : ENOQUE BARROS TEIXEIRA - DF020428**  
**AGRAVADO : OS MESMOS**  
**INTERES. : DAVYS FREDERICO TEIXEIRA LINHARES**  
**ADVOGADO : WILLER TOMAZ DE SOUZA - DF032023**  
**SOC. de ADV. : WILLER TOMAZ ADVOGADOS ASSOCIADOS**

### **DECISÃO**

Trata-se de agravo contra decisão que negou seguimento a recurso especial interposto por DANIEL CALIL, em face de acórdão assim ementado:

DIREITO CIVIL E CONSTITUCIONAL. LIBERDADE DE IMPRENSA. DIREITOS DA PERSONALIDADE. COLISÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS. PONDERAÇÃO. PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. REPORTAGEM SOBRE "FURA FILA" EM CASA DE SHOW. DIREITO À IMAGEM. ANIMUS NARRANDI. EXCESSO. DANO MORAL CONFIGURADO. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ PROCESSUAL. NÃO OCORRÊNCIA.

1. A compensação por danos morais se impõe quando o direito à informação extrapola dolosamente os limites impostos no artigo 5.º, inciso V da Constituição Federal, causando prejuízos a outrem.

2. Há de se fazer um juízo de ponderação, a fim de se saber acerca da matéria e se houver críticas feitas com leviandade e o manifesto propósito de denegrir a honra do autor a ponto de caracterizar desvio ou abuso de direito, ou se ficou limitada narração ou crítica dirigida a assuntos do interesse do público em geral.

3. Não se desincumbindo a parte ré do ônus probatório que lhe cabia, nos termos do art. 373, inciso II, do CPC, impõe-se a condenação por veicular matéria acerca da personalidade, da conduta ou do caráter do autor, extrapolando o mero exercício do direito de imprensa dos réus.

4. O quantum compensatório deve atender ao caráter compensatório, punitivo e pedagógico da condenação, evitando-se que se converta o sofrimento em instrumento de vantagem indevida pela parte,

# *Superior Tribunal de Justiça*

atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. No entanto, não deve ser insuficiente a desencorajar o agente do dano a persistir com práticas que se repitam reiteradamente nas suas relações com os pacientes.

5.Recurso do autor conhecido e desprovido. Recurso da primeira ré não conhecido. Recurso do segundo réu conhecido e parcialmente provido.

Não foram opostos embargos de declaração.

Nas razões de recurso especial, alega a agravante, em suma, violação aos artigos 186, 927 e 944, do Código Civil; e 5º, V e X, da Constituição Federal.

Sustenta a necessidade de majoração do valor da condenação em danos morais, que teria sido fixado à ordem de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), pelo magistrado singular, todavia, foi reduzido pela Corte local ao patamar de R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Não foram apresentadas contrarrazões.

O recurso não foi admitido na origem, nos termos da decisão de fls. 397 - 399, e-STJ.

Assim delimitada a controvérsia, passo a decidir.

Destaca-se que a decisão recorrida foi publicada depois da entrada em vigor da Lei 13.105 de 2015, estando o recurso sujeito aos requisitos de admissibilidade do novo Código de Processo Civil, conforme Enunciado Administrativo 3/2016 desta Corte.

Não assiste razão ao agravante.

Inicialmente, cumpre destacar a impropriedade da via eleita para análise de violação de dispositivo da Constituição Federal, tendo em vista que respectiva providência compete exclusivamente ao Supremo Tribunal Federal.

No mérito, ao reduzir o valor da condenação em danos morais, fixado pelo magistrado singular, a Corte local registrou que (e-STJ, fls. 293 - 294):

Em se tratando de matéria jornalística verifica-se a ocorrência de ofensa à honra objetiva do autor. Contudo, na espécie, houve emissão de juízo de valor por parte do jornal, ao utilizar as expressões "aquele bombado filho de uma égua" e "Folgado todo", ao se referir ao autor. Logo se vê que há consideração negativa feita pela mídia acerca da personalidade, da conduta ou do caráter do autor, extrapolando o

mero exercício do direito de imprensa dos réus.

A questão no tocante à existência dos elementos ensejadores da responsabilidade civil foi acertada e minuciosamente ponderada pelo juízo de primeira instância, a quem se pede vênias para transcrever:

Que a confusão ocorreu, é incontroverso. Que havia interesse público de informar, bem, não sei. Quiproco em boate, as tantas da madrugada de um domingo, sem nenhuma importância - senão pela lamentável atitude de agentes penitenciários ou policiais armados se valerem de tal posição e sacar suas armas - não tem muito interesse social, salvo se criado pelo órgão de comunicação, às vezes com falta de pauta. Mas isso não está em discussão.

Agora a moderação não foi observada. Para informar o irrelevante episódio - talvez para lhe dar a importância que não tinha - o segundo encheu a narrativa de adjetivos desairosos.

Chamou o autor, Olmeiro, de "bombado".

Bombado é adjetivo dado a pessoas que se fortalecem fisicamente tomando determinadas substâncias. Não é coisa bem vista e a utilização do adjetivo no contexto foi para reforçar a parte que o jornalista tomava no episódio em favor dos policiais. Como se dissesse: quis mostrar força para os policiais e eles estavam armados e o "escalou" e, como disse, "se lascou todinho". E isso - a parcialidade para os policiais - fica evidenciada pelo lamento de "não ter sobrado bala para você." Em segundo lugar, chamou-o de, acrescentando ao "bombado", o adjetivo "filho da égua". Os termos: "...aquele bombado filho da égua." É evidente a ausência de objetividade: o autor não estava apenas narrando o fato, estava pendendo nitidamente para uma das partes; tomou partido de policiais ou agentes penitenciários cuja última atitude, exatamente pelo treinamento que suponhamos tenham, deve ser sacar armas, principalmente porque nenhum crime se verificava - a observância da fila é norma costumeira - e, para ainda mais rebaixar o autor, pespegou-lhe um "bombado filho da égua".

Não estou afirmando que o autor seja inocente. Não sei o que aconteceu. Ele não produziu prova alguma a respeito de como se deram os fatos e se, realmente, foi ele ou não que começou a confusão. Mas não importa. O fato é que a intenção do réu foi, seguramente, a de tomar o partido dos policiais e, para reforçar, passou a ofender desnecessariamente o autor, sendo

certo que os adjetivos não eram necessários para narrar o ocorrido.

Penso, pois, que faltou objetividade e serenidade ao réu que tornaram sua narrativa ilícita.

O dano moral, nesse contexto, é evidente, pela ofensa em si.

Como notado, os termos "bombado, filho da égua", "folgado", o desejo de que sobrasse "bala", são termos que servem para desconsiderar a pessoa, especialmente no contexto utilizado, em que se quis enaltecere agentes públicos, embora, repito, até pudessem merecer algum elogio, o que de logo descarto por não ser atitude correta sacar armas na presença de diversas pessoas em um local público, quando crime não há.

Cabível, portanto, a reparação.

Mas não chego de forma alguma ao valor postulado. Isso porque não é possível saber quem começou o entrevero que deu origem à narrativa do réu, já que o autor não provou o que teria acontecido. Pode ser que o autor tenha, de fato, furado a fila. Pode ser que o autor tenha, de fato, partido para cima dos policiais - que segundo o réu, estavam quietos - o que é difícil de admitir. Então, não teria cabimento indenizá-lo no valor postulado.

Ademais, como a indenização de mede pela extensão do dano, é evidente que o episódio não teve, seguramente, qualquer repercussão social que pudesse aumentar os danos decorrentes das ofensas perpetradas pelo réu.

Indiscutível, pois, a obrigação dos réus de compensarem o autor ante os fatos narrados e comprovados nos autos.

Quanto ao valor fixado a título de compensação pelos danos morais causados pelos réus, a r. sentença hostilizada fixou-os em R\$ 20.000,00, a serem pagos solidariamente.

O segundo requerido pleiteia como pedido subsidiário, que o valor seja minorado. Já o autor entende deva o valor ser arbitrado em R\$ 100.00,00 ou outro montante maior.

O quantum compensatório deve atender ao caráter compensatório, punitivo e pedagógico da condenação, evitando-se que se converta o sofrimento em instrumento de vantagem indevida pela parte, atendendo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. No entanto, não deve ser insuficiente a desencorajar o agente do dano a persistir com práticas que se repitam reiteradamente nas suas relações com os pacientes.

Como já dito, essa compensação que se estabelece em virtude do dano moral não pode ser fonte de enriquecimento sem causa da vítima, tampouco constituir motivo da ruína do devedor. Isso porque o arbitramento do valor da compensação por danos morais deve atender aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, consoante entendimento deste egrégio Tribunal de Justiça, verbis (...)

Deve ser cumprida a normativa que trata da efetiva extensão do dano, por inteligência do artigo 944 do Código Civil: A indenização mede-se pela extensão do dano.

**É certo que a notícia foi veiculada em programa que busca atrair audiência por meio de matéria sensacionalista. Contudo, a importância estabelecida pela sentença em R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) se mostra exorbitante, admitindo minoração para R\$ 6.000,00 (seis mil reais), de modo que sirva de resposta ao sentimento de dignidade da vítima e, ao mesmo tempo, recomende aos réus maior zelo na divulgação de notícias na mídia** (grifamos).

Logo, se a quantia minorada atende aos fins desenhados para a compensação por dano moral, a valor que a tanto exceda constitui mero fator de ganho injusto, o que não é tolerado pelo ordenamento jurídico.

Dessa forma, reconhecido o dever de compensar por danos morais em face da ocorrência da conduta lesiva, do dano e do nexo de causalidade entre a conduta dos réus e o prejuízo experimentado pelo autor, em homenagem aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade e atento ao grau reprovativo da conduta, à sua repercussão na esfera íntima do ofendido, ao caráter educativo e à capacidade econômica das partes, impõe-se a minoração da quantia fixada na sentença, a título de danos morais, diminuindo-a a R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Nesse contexto, imperiosa se faz a aplicação da Súmula 7/STJ, à pretensão de redução do valor da indenização por danos morais, uma vez que, ao estabelecer a condenação, a Corte local se baseou na análise de fatos e provas levados aos autos, cuja revisão seria necessária para fins de acolhimento da pretensão do agravante.

No ponto, é certo que o STJ considera excepcionalmente cabível, em recurso especial, o reexame do valor arbitrado a título de danos morais, quando for ele excessivo ou irrisório (AgRg no REsp 959.712/PR, Relator Ministro SIDNEI BENETI,

# *Superior Tribunal de Justiça*

TERCEIRA TURMA, Dje 30/11/2009; AgRg no Ag 939.482/RJ, Relator Ministro FERNANDO GONÇALVES, QUARTA TURMA, DJe 20/10/2008).

Todavia, observo que o valor fixado pela Justiça local - R\$ 6.000,00 (seis mil reais) - condiz com os postulados da razoabilidade, da proporcionalidade e da moderação. Tendo isso em conta, não se justifica sua alteração em recurso especial.

Em face do exposto, nego provimento ao agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo.

Intimem-se.

Brasília (DF), 03 de outubro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI  
Relatora

